



Senado analisa projetos para prevenir o câncer de mama

Reportagem de S6/Agência Senado — 3/10/2017



Senado participa, a partir da semana que vem, do Outubro Rosa, que, como em 2017, ilumina o prédio na cor do movimento

Uma das propostas garante às vítimas a reconstrução das mamas, mesmo que a doença tenha sido em só um dos lados. Casa participa, com eventos e debates, do Outubro Rosa

A partir de terça-feira, o Senado terá um calendário de eventos e debates sobre a prevenção ao câncer de mama e outros temas da saúde da mulher. A agenda faz parte do Outubro Rosa, movimento do qual a Casa participa há anos, marcado pela iluminação rosa no prédio do Congresso. As atividades são organizadas pela Procuradoria Especial da Mulher no Senado, que também atua na discussão e aprovação de projetos sobre prevenção e tratamento da doença.

Uma das propostas em

análise no Senado cria o Banco de Prótese Mamária. A ideia é arrecadar recursos para garantir compra de próteses e cirurgias de reconstrução de mamas para mulheres que tiraram um dos seios por causa do câncer. As vítimas da doença também podem passar a ter direito à reconstrução dos seios, mesmo que a patologia tenha sido em um só dos lados. Outro projeto oficializa outubro como mês destinado à conscientização sobre o câncer de mama no país, integrando o Brasil ao movimento mundial. **3**

Campanhas têm fundo exclusivo e teto de gastos

Esta eleição é a primeira com financiamento público exclusivo, por meio de fundo especial distribuído entre os partidos. As campanhas também têm que respeitar teto de gastos. Outras novidades são o tempo mais curto para a propaganda eleitoral em rádio e TV e a votação mínima de 10% para deputados. **4**

Endometriose precisa de diagnóstico correto, dizem especialistas

O projeto Pauta Feminina reuniu ontem especialistas para discutir diagnóstico e tratamento que impactam as mulheres com endometriose, quando células da camada que reveste o útero internamente surgem em outros órgãos. A imprecisão do diagnóstico foi apontada como fator decisivo para a insegurança. **3**



Presidente do Fórum de Mulheres do Mercosul, ex-senadora Emilia Fernandes (2ª à dir.) preside debate sobre saúde

Site do TSE mostra perfil dos candidatos ao Senado

Dados do TSE revelam que das 358 candidaturas registradas para as 54 vagas em disputa no Senado, 82,4% são de homens e 17,6% de mulheres. Os números tomaram como base as autodeclarações dos candidatos e também tratam de outras características como raça e ocupação. **4**



Tribunal traçou perfil com base em informações dadas pelos próprios candidatos

Empresa poderá ter pena maior por corrupção

Projeto de lei torna mais dura a punição contra empresas responsabilizadas por corrupção. A proposta será analisada pela Comissão de Constituição e Justiça. **3**

TV Senado exhibe série com relatos de constituintes **2**

Roriz, ex-senador e ex-governador, é enterrado hoje **2**

Duas Casas. O mesmo endereço.

Novo Portal do Congresso. Acompanhe tudo o que acontece no Parlamento brasileiro.

CONGRESSO NACIONAL

Reprodução TV Senado



Deputado constituinte, o senador José Serra fala de momentos marcantes que presenciou na elaboração do texto

Série sobre Constituinte traz relato de parlamentar

“Testemunha da História”, da TV Senado, exhibe episódios em que senadores e deputados que participaram da elaboração da Constituição de 1988 dão depoimentos sobre o que vivenciaram

A PARTIR DE hoje, a TV Senado passa a exibir os episódios da série “Testemunha da História” com parlamentares que integraram a Assembleia Nacional Constituinte.

Se os primeiros programas trouxeram o olhar da imprensa sobre o processo de reabertura política e a instalação da assembleia, agora é a vez de quem esteve à frente das mais importantes decisões e revira-

voltas políticas contar o que presenciou nos corredores, Plenário, salas de comissões ou mesmo no cafezinho do Congresso.

Cada programa é narrado por um parlamentar constituinte no cenário onde viveceu fatos marcantes daquele período histórico, como a discussão da reforma agrária ou as pautas da bancada feminina.

O próximo episódio, com o senador José Serra (PSDB-SP), será exibido no último bloco do programa *Senado Notícias* — *Revista* de hoje, às 19h30.

A série já está disponível no canal do YouTube.

“Testemunha da História”
Episódio de hoje: **José Serra**
Como sintonizar a TV Senado:
<http://bit.ly/sintonizarTVSenado>
YouTube:
<http://bit.ly/TestemunhaHistoria>

O que conta cada episódio

Episódio	Nome	Descrição
Episódio 6	José Serra (hoje)	O senador José Serra (PSDB-SP) fala de sua participação na Assembleia Nacional Constituinte, dos desafios na relatoria da Comissão do Sistema Tributário, Orçamento e Finanças e dos momentos que marcaram sua trajetória no Congresso naquele período. Depois de três anos na Secretaria de Economia e Planejamento do governo de Franco Montoro em São Paulo, Serra foi eleito deputado em 1986 e atuou nas principais discussões e negociações para a elaboração da nova Carta.
Já exibidos		
Episódio 1	Orlando Brito	O fotógrafo Orlando Brito, que desde 1965 circula pela Praça dos Três Poderes registrando momentos importantes da política nacional, narra o episódio em que ele entrou escondido no Plenário da Câmara em 1977 para fotografar aquele que seria o último fechamento do Congresso brasileiro.
Episódio 2	Expedito Filho	Repórter do <i>Jornal de Brasília</i> em 1984, Expedito Filho relembra o clima que tomou o país na época das Diretas Já e conta como foi a noite de votação da Emenda Dante de Oliveira, quando a proposta de eleições diretas para presidente da República foi derrotada.
Episódio 3	Sônia Carneiro	Sônia Carneiro era repórter da Rádio e Jornal do Brasil quando a Assembleia Nacional Constituinte iniciou seus trabalhos. Neste episódio, ela resgata as memórias daquele momento histórico e fala do papel crucial da imprensa para mobilizar a sociedade na elaboração da nova Carta.
Episódio 4	André Dusek	André Dusek é autor de imagens lendárias da nossa história recente. Uma delas é a foto de Sarney no palanque, entre os militares, em julho de 1988. A imagem é capaz de expressar todo o embaraço e desconforto do presidente no desfecho de seu governo. Neste episódio, o fotógrafo conta a história por trás da foto.
Episódio 5	Zuleika de Souza	A fotógrafa Zuleika de Souza, que registrou diversos momentos da Constituinte através de suas lentes, relembra o clima vivido naquele período e narra a história da foto memorável do líder indígena Ailton Krenak e seu protesto no Plenário em 1987.

Ex-governador Joaquim Roriz será enterrado hoje, em Brasília

O corpo do ex-governador do Distrito Federal Joaquim Roriz será enterrado às 11h de hoje, no Cemitério Campo da Esperança, em Brasília.

Ele morreu em decorrência de um choque séptico por complicações de uma infecção pulmonar. Roriz estava internado desde agosto. O velório, no Memorial JK, reúne desde ontem parentes, políticos e simpatizantes de Roriz.

Além de governador por quatro mandatos, o político representou o DF no Senado por pouco mais de cinco meses. Ele se elegeu em 2006 com 113 mil votos, assumiu o mandato em fevereiro de 2007 e renunciou em julho do mesmo ano para se livrar de um processo de cassação.

O então senador foi acusado de participar de um esquema de propina envolvendo o banco BRB. A defesa dele alegou que o dinheiro seria usado para a compra do embrião de uma bezerra em São Paulo e o caso ficou nacionalmente conhecido como Bezerra de Ouro.

Carreira longa

Roriz nasceu em 4 de agosto de 1936, em Luziânia (GO). Antes de se tornar um dos maiores líderes políticos do DF, iniciou a carreira na cidade natal como vereador. Em Goiás, foi eleito deputado estadual (1978), deputado fe-

deral (1982) e vice-governador (1986). De 1987 a 1988, foi prefeito de Goiânia.

Em outubro de 1988, foi indicado governador do DF pelo então presidente José Sarney. Na época, os brasilienses não podiam eleger governador por voto direto.

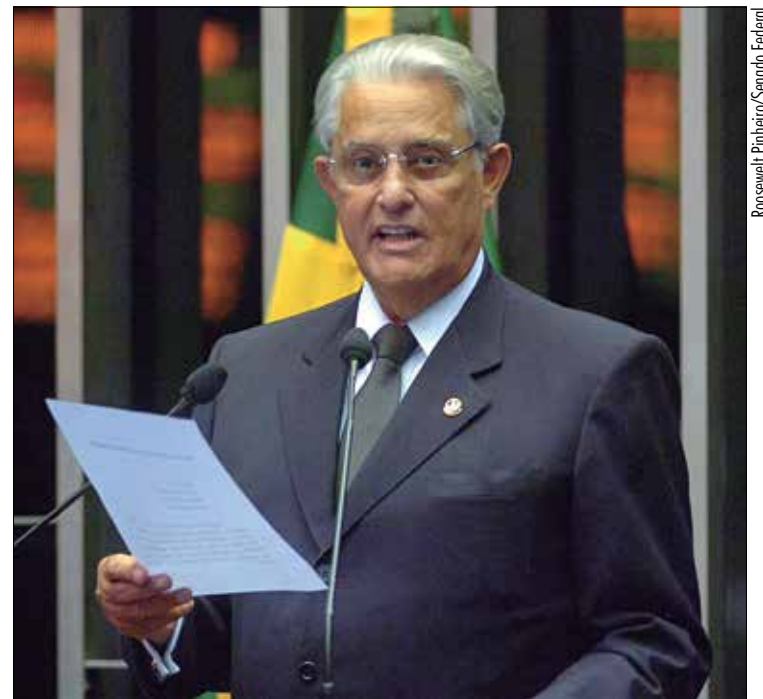
Roriz voltou ao Palácio do Buriti em março de 1991, desta vez como o primeiro governador eleito da nova capital. O político também foi eleito governador do Distrito Federal nas eleições de 1998 e 2002.

Ficha limpa

No último movimento político como protagonista, em 2010, Joaquim Roriz chegou a lançar candidatura ao governo do Distrito Federal, buscando um quinto mandato no cargo. A tentativa foi vetada pelo Supremo Tribunal Federal (STF) com base na Lei da Ficha Limpa.

Nos últimos anos, Roriz vinha sofrendo com diversos problemas de saúde, como diabetes, mal de Alzheimer, hipertensão e insuficiência renal. No ano passado, havia amputado a perna direita.

O político deixa três filhas, quatro netos e a mulher, Wesslian, que se candidatou ao governo do Distrito Federal em 2010, mas foi derrotada por Agnelo Queiroz.



Joaquim Roriz foi senador por pouco mais de cinco meses, mas renunciou

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Eunício Oliveira
Primeiro-vice-presidente: Cássio Cunha Lima
Segundo-vice-presidente: João Alberto Souza
Primeiro-secretário: José Pimentel
Segundo-secretário: Gladson Cameli
Terceiro-secretário: Antonio Carlos Valadares
Quarto-secretário: Zeze Perrella
Suplentes de secretário:
Eduardo Amorim, Sérgio Petecão,
Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

Secretário-geral da Mesa: Luiz Fernando Bandeira
Diretora-geral: Ilana Trombka

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretora: Angela Brandão
Coordenadora-geral: Ana Lucia Romero Novelli
Diretora de Jornalismo: Ester Monteiro

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Flávio Faria
Coordenador-geral: Sílvio Burlé
Coordenação de Cobertura: Paola Lima
Serviço de Reportagem: Sheyla Assunção
Serviço de Fotografia: Leonardo Sá
Serviço de Arte: Bruno Bazílio

Jornal do Senado

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição e revisão: Fernanda Vidigal, Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller e Pedro Pincer

Diagramação: Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do *Jornal do Senado*, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso em papel reciclado pela Secretaria de Editoração e Publicações (Segraf)

Rogério de Sá/Agência Senado



A coordenadora-geral de saúde, Daniele Mendes (D), dá entrevista sobre câncer de mama e campanha Outubro Rosa

Senado investe em normas para prevenção do câncer

A discussão e aprovação de propostas sobre o tratamento e prevenção de doenças tem sido uma constante da Casa legislativa. A saúde da mulher é um dos temas com vários projetos em tramitação

TODOS OS ANOS, o Senado participa ativamente do movimento Outubro Rosa, que chama a atenção da população para a importância da prevenção de doenças e da promoção da saúde da mulher. A abertura da campanha este ano será na terça-feira. Dados da Organização Mundial da Saúde (OMS) apontam cerca de 2,09 milhões de casos de câncer de mama no mundo e o Instituto Nacional de Câncer (Inca) estima 59,7 mil novos casos no Brasil, só em 2018.

O câncer de mama é mais comum entre as mulheres no mundo e no Brasil, depois do câncer de pele do tipo não melanoma, respondendo por cerca de 28% dos casos novos a cada ano. A doença também acomete homens, sendo porém mais rara, representando 1% do total de ocorrências.

Em pronunciamento no Plenário, Ângela Portela (PDT-RR) destacou a importância das atividades de conscientização. Ela afirmou que tanto o Maio Amarelo, que chama a atenção para o índice de mortes no trânsito, quanto o Novembro Azul, que alerta os homens para a prevenção do câncer de próstata, tiveram sucesso em decorrência do Outubro Rosa.

— Com o avançar do século 21, é indiscutível a importância da participação das pessoas em campanhas de conscientização voltadas a temas que afligem a todos nós. Já faz muitos anos que o Senado Federal adere ao evento, tonalizando a sua cúpula com a luz rósea e promovendo eventos destinados aos públicos interno e externo.

Além de debater o assunto nas comissões, no Plenário e em órgãos da Casa, como

a Procuradoria Especial da Mulher, o Senado atua na discussão e aprovação de projetos voltados à prevenção e ao tratamento da doença. Um deles é o que destina oficialmente o mês de outubro à conscientização sobre o câncer de mama no país, integrando o Brasil ao movimento internacional. O PLC 32/2018 foi aprovado sem ressalvas pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e aguarda votação pelo Plenário.

Em 2017, o Senado sustou portaria do Ministério da Saúde que mudava a fonte de recursos para a realização da mamografia e comprometia o financiamento desses exames para as mulheres entre 40 e 49 anos. Para Ana Amélia (PP-RS), relatora do PDS 42/2015, que suspendia a norma, a portaria não passava de uma “manobra normativa” que o ministério adotou para contrariar o que determina a lei: a realização de exame mamográfico gratuito em todas as mulheres a partir dos 40 anos. O texto já foi promulgado.

Iniciativas

Outra proposta em tramitação para beneficiar as mulheres é a criação do Banco de Prótese Mamária, com recursos para aquisição das próteses e para cirurgias de reconstrução da mama em mulheres atendidas pelo Sistema Único de Saúde (SUS) que fizeram mastectomia (cirurgia de retirada da mama).

Segundo o PLC 131/2017, que aguarda votação na CAS, as próteses serão adquiridas por meio de doações em dinheiro de empresas, instituições e pessoas físicas, e também com recursos do Orçamento da União. O Banco será vinculado ao Núcleo de

Atenção à Saúde da Mama e coordenado pelo Ministério da Saúde.

Também nessa frente, o Senado analisa propostas como o PLC 54/2018, que dá direito ao tratamento de drenagem linfática manual pelo SUS a mulheres que passaram por mastectomia. Do deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), o texto aguarda relatório de Rose de Freitas (Pode-ES) na CAS.

Reconstrução

Já o PLC 5/2016 garante às mulheres vítimas do câncer de mama a reconstrução dos dois seios, mesmo que a patologia se manifeste apenas de um dos lados, para garantir a simetria das mamas. Aprovado com alterações pelo Senado, o projeto voltou para avaliação da Câmara dos Deputados.

Já sancionada, outra proposta importante votada na Casa foi a que determina a busca ativa pelas equipes de saúde das mulheres com câncer de útero ou de mama com dificuldades para realizar os exames (Lei 13.522, de 2017).

De acordo com a coordenadora-geral de Saúde do Senado, a ginecologista Daniele Calvano Mendes, todas essas ações são fundamentais para cuidar das mulheres, conscientizar para a necessidade da prevenção, estimular o debate e melhorar a discussão sobre os impactos do rastreamento do câncer de mama no país.

— É importante lembrar que o diagnóstico precoce aumenta a possibilidade de cura. Conhecer o próprio corpo e fazer visitas regulares ao ginecologista é o melhor caminho para a precaução e identificação da doença em seu estágio inicial.

Mulheres com endometriose pedem diagnóstico mais preciso

O projeto Pauta Feminina reuniu especialistas ontem para discutir diagnóstico e tratamento e intervenções que impactam as mulheres com endometriose.

A doença se caracteriza pela presença de células do endométrio — camada que reveste o útero internamente — em outros lugares e órgãos do corpo, como ovários e intestino.

Caroline Salazar descobriu a doença aos 31 anos, 21 anos depois de começar a sentir dores severas, e ficou desempregada. Em 2010, idealizou o blog A Endometriose e Eu.

— Queria ser uma grande jornalista, tinha sonhos, entrei em depressão e pensei até em morrer. Hoje eu respiro endometriose 24 horas por dia.

A imprecisão do diagnóstico foi apontada como fator decisivo para a insegurança. Paula Lemos foi submetida a uma histerectomia, considerada por ela precipitada.

— A mulher fica sujeita a tantas mazelas e sabemos que tudo isso pode ser evitado se a conduta fosse diferente”.

Especialista em cirurgia ginecológica minimamente invasiva, Eduardo Valle destacou a origem da doença, sintomas, diagnóstico e tratamento.

— A endometriose pode estar no organismo da mulher desde a vida embrionária ou ser implantado e espalhado progressivamente a partir das menstruações ou durante cirurgias. Não atinge só o útero, mas todo o complexo pélvico.



Discussão foi mediada pela ex-senadora Emília Fernandes (de vermelho)

Texto amplia penas de empresas responsabilizadas por corrupção

Projeto de lei do Senado torna mais dura a punição contra empresas responsabilizadas por corrupção (PLS 140/2018). Pela legislação em vigor (Lei 12.846, de 2013), pessoas jurídicas condenadas administrativa ou civilmente por atos contra o poder público podem pagar multa no valor de até 20% do faturamento bruto. Além da reparação financeira, o projeto cria duas novas sanções.

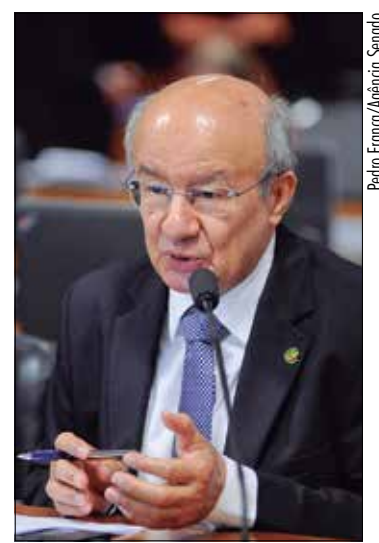
A primeira proíbe que a empresa responsabilizada por corrupção receba, por um prazo de um a cinco anos, incentivos, subsídios, subvenções, doações ou empréstimos de órgãos, entidades ou instituições financeiras controladas pelo poder público. A punição vale apenas no âmbito do ente federativo que sofreu o dano (União, estados ou municípios).

A segunda sanção cancela o vínculo entre a pessoa jurídica e o poder público e prevê a revogação de delegações, autorizações e permissões, a cassação de licenças e a rescisão de contratos relacionados ao ato que provocou o dano ao erário. A administração pública precisa comprovar que houve culpa ou dolo da em-

presa considerada corrupta.

De José Pimentel (PT-CE), o PLS 140/2018 estabelece ainda a cumulatividade de penas, caso o ato cometido contra o poder público também resulte em infração à ordem econômica. No entanto, quando o mesmo ato configurar improbidade administrativa ou crime, o juiz pode conceder perdão judicial ou reduzir a pena privativa de liberdade dos representantes das empresas infratoras que colaborem com a investigação e o processo criminal.

O projeto aguarda designação de relator na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).



Para senador, texto resgata projeto original e corrige lei vigente

TSE traça perfil de candidaturas ao Senado

Dados do Tribunal Superior Eleitoral reúnem informações como gênero, raça, estado civil e ocupações mais frequentes, resultado das autodeclarações dos candidatos

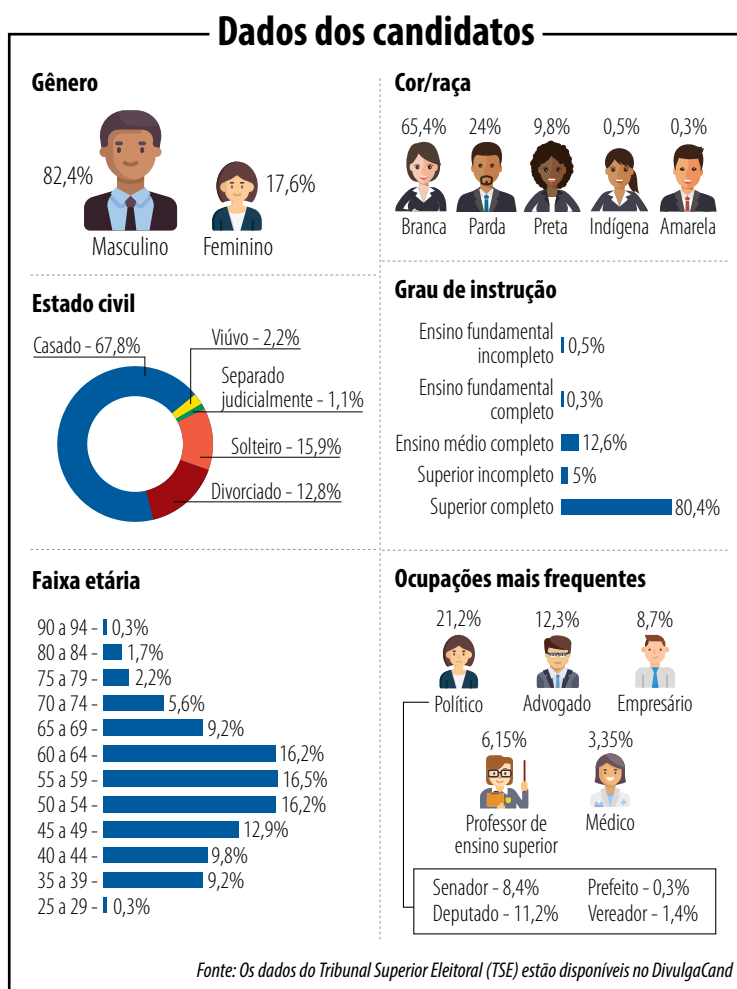


DE TODAS AS 358 candidaturas registradas para as 54 vagas em disputa para o Senado, 82,4% são de homens. As mulheres representam 17,6%. Os dados são do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), têm como base a autodeclaração dos candidatos e reúnem informações sobre outras características, como raça, grau de instrução e ocupação.

Os números estão disponíveis no site DivulgaCand, mas ainda podem mudar, já que muitas candidaturas permanecem sub judice.

A diferença entre gêneros também é acentuada ao se analisar o perfil dos candidatos para todos os cargos. Somando os postulantes às assembleias legislativas, à Câmara Legislativa do Distrito Federal, aos governos estaduais, à Câmara dos Deputados, ao Senado e à Presidência da República, os candidatos são 68,3% do total, contra 31,7% de candidatas. De acordo com o IBGE, a população brasileira é formada majoritariamente por mulheres: 51,8%.

Para a assessora política do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) Carmela Zigoni, o perfil médio dos candidatos não reflete a popu-



lação porque os partidos têm uma estrutura pouco democrática e perpetuam padrões dominantes na sociedade.

Os postulantes ao Senado são também ligeiramente mais velhos do que a média dos candidatos para todos os cargos nestas eleições. Mais da metade (51,6%) ultrapassou os 55 anos de idade. Somando todos os cargos, os candidatos se encontram mais frequentemente na faixa de 45 a 49 anos. O ensino superior é o grau

de instrução predominante entre os candidatos ao Senado. Mais de 80% informaram ao TSE ter concluído um curso universitário. Entre todos os candidatos que disputam as eleições, o percentual é menor: 48,7%. Segundo o IBGE, porém, apenas 15,3% da população brasileira têm ensino superior completo.

Dos candidatos deste ano, 12,57% dizem ter o ensino médio completo e 5% informam ter ensino superior



Marcos Oliveira/Agência Senado - 17/2/2018

Há 54 vagas nas eleições ao Senado para 358 candidatos registrados

incompleto. Um candidato afirma ter o ensino fundamental completo (0,28%) e dois não concluíram sequer essa etapa de formação (0,56%).

Em 2018, 65,3% dos candidatos ao Senado informaram ser de raça branca, seguidos por parda (24%), preta (9,7%), indígena (0,5%) e amarela (0,2%). A proporção não reflete a da população brasileira, em que 46,7% se identificam como pardos, 8,2%, pretos e 44,2%, brancos. Os dados são de pesquisa do IBGE de 2016.

Ocupações

O percentual de casados entre os candidatos é de 67,8%. Já 15,9% estão solteiros, 12,8%, divorciados, 2,2%, viúvos e pouco mais de 1% separado judicialmente.

Advogados são maioria entre as profissões dos candida-

tos: são 44, o que corresponde a 12,2%. Muitos também informam ocupar algum cargo eletivo: 40 deputados, 30 senadores, 1 prefeito e 5 vereadores tentam uma das vagas em disputa. Somados, eles correspondem a 21,2% dos candidatos. Empresários (8,6%), professores universitários (6,1%) e médicos (3,3%) são outras profissões frequentes entre aqueles que concorrerão ao pleito.

A Constituição determina que, para se tornar senador, o cidadão precisa ter nacionalidade brasileira, pleno exercício dos direitos políticos, domicílio eleitoral no estado que vai representar e filiação partidária. A idade mínima exigida é 35 anos.

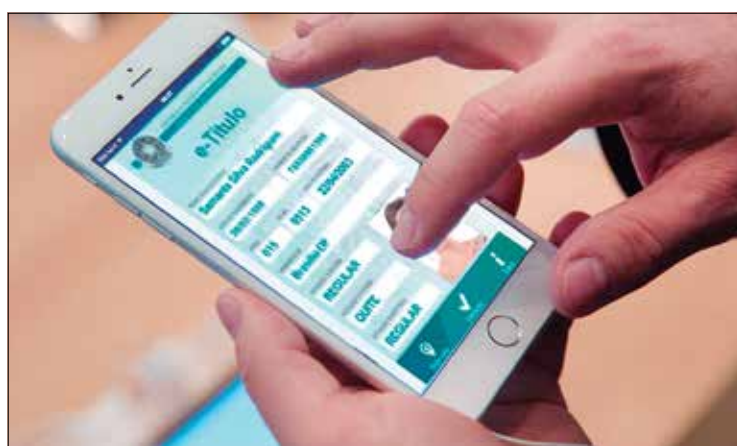
DivulgaCand: <http://bit.ly/estatisticasTSE>

Teto de gastos e financiamento exclusivo marcam as campanhas

A eleição de 2018 é a primeira com financiamento público exclusivo, por meio de um fundo especial de R\$ 1,7 bilhão distribuído entre os partidos. A disputa também conta com um teto de gastos para as campanhas.

Este ano foi permitida a contribuição pela internet nas "vaquinhas virtuais", bem como a doação de pessoas físicas. Mudanças nas regras ocorreram igualmente na propaganda eleitoral, que ficou mais curta, com menos tempo no rádio e na TV para os candidatos. A nova legislação ainda determina maior participação feminina nas eleições, com cotas e recursos para as candidatas.

Também é a primeira vez que os candidatos a deputado federal, estadual e distrital precisarão atingir uma votação mínima para se eleger. Eles devem obter 10% do quociente eleitoral, que é a quantidade de votos válidos dividida pelo número de vagas em cada estado. A intenção é inibir a figura do "puxador de



Este ano, o aplicativo de celular e-Título poderá ser utilizado na votação

votos" do partido ou coligação, aquele candidato popular que ajuda a eleger outros com votação pouco expressiva. Além disso, diminui a importância do voto de legenda — que fortalece o partido, mas não ajuda o candidato a alcançar a votação nominal mínima e conquistar uma vaga.

Por exemplo, se um partido ou coligação conquistar quatro vagas na Câmara, mas somente três de seus candidatos atingirem os 10% do quociente eleitoral, a chapa perderá uma das cadeiras e a vaga será redistribuída a um

candidato com essa votação mínima em outro partido ou coligação.

A cláusula de desempenho foi mais uma mudança. Ela estabelece que o resultado da votação nas urnas é uma exigência para o acesso ao fundo partidário e ao tempo de propaganda gratuita. Cada partido deverá ter ao menos 1,5% dos votos válidos nacionais para deputado federal. As regras ficarão mais rígidas até 2030. A cada eleição esse valor aumenta em 0,5%. Dessa forma, o percentual deverá chegar a 3%.

Regras para as eleições de 2018



FINANCIAMENTO

Criação do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC) no valor de R\$ 1,7 bilhão. Pessoas físicas podem doar até 10% dos rendimentos de 2017. Vaquinha virtual. As doações de empresas para candidatos foram proibidas em 2016



TETO DE GASTOS

- ◆ Presidente da República: R\$ 70 milhões
- ◆ Governador: R\$ 21 milhões
- ◆ Senador: R\$ 5,6 milhões
- ◆ Deputado federal: R\$ 2,5 milhões
- ◆ Deputado estadual: R\$ 1 milhão



PROPAGANDA ELEITORAL

Mais curta: de 45 para 35 dias
Primeiro turno: de 31/8 a 4/10
Dois blocos diários no rádio e TV, com 12 minutos e 30 segundos cada. Impulsioneamento de conteúdo na internet por coligação, partido ou candidato



PARTICIPAÇÃO FEMININA

5% do Fundo Partidário e, no mínimo, 30% do tempo de televisão e de recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha para as candidatas



CLÁUSULA DE DESEMPENHO

Resultados das urnas são exigidos para acesso ao fundo partidário e tempo de propaganda



VOTAÇÃO NOMINAL MÍNIMA

Candidatos a deputado federal, estadual e distrital devem, na maioria dos casos, obter votação mínima de 10% do quociente eleitoral do seu estado



E-TÍTULO

Para votar, eleitores podem apresentar o e-Título (Título de Eleitor Digital) baixado como aplicativo de telefone celular desenvolvido pela Justiça Eleitoral